

A DICOTOMIA ESQUERDA/DIREITA E A PROPOSTA DA TERCEIRA VIA

Patrícia Oliveski Burtet

A sociedade que desponta para o terceiro milênio caracteriza-se por uma profunda crise de paradigmas, na qual reinam a incerteza científica e a instabilidade política, social e econômica. É nesse contexto que emerge uma busca desenfreada de uma alternativa hegemônica que vise a conciliar as políticas estatais, políticas estas tidas como de esquerda ou de direita. Tal alternativa se funda na tênue distinção entre esquerda e direita, haja visto que alguns autores já sustentam, inclusive, que não há mais uma linha clara capaz de diferenciar o que é esquerda e o que é direita, ante a fusão das políticas sustentadas por uma ou outra tendência.

Surge, pois, em fevereiro de 1998, após um seminário sobre política com os líderes americanos em Washington, a proposta da Terceira Via, quando Tony Blair preconiza sua ambição em criar um consenso interna-

cional de centro-esquerda para o século XXI. Consenso esse que vise a desenvolver uma estrutura política capaz de reagir às mudanças na ordem global.

O presente trabalho busca analisar as tendências filosófico-políticas que sustentam o Estado, o Direito e a cidadania. De maneira preliminar, analisar a passagem do liberalismo ao neoliberalismo e do socialismo à social-democracia. Pretende, ainda, analisar a dicotomia esquerda/direita com ênfase na questão da sustentabilidade dessa dicotomia. E, então, abordar a questão de como se coloca a proposta da Terceira Via diante da atual conjuntura social e política. Sem o intuito de esgotar o assunto, pretende-se diagnosticar a situação na qual se encontram esquerda e direita e verificar, ao final, em que consiste a Terceira Via diante dessa realidade.

Para se falar em Terceira Via enquanto proposta hegemônica, antes se faz necessário que tenhamos – ainda que de forma muito sucinta em função de um trabalho dessa envergadura – estabelecido uma breve análise das duas facções jurídico-políticas que norteiam a sociedade moderna: o neoliberalismo e a social-democracia, tendo como enfoque as finalidades instituídas em cada modelo, pois cada um molda o Direito, o Estado e a sociedade com seu conteúdo. Diante de um conhecimento preliminar será possível analisar a discussão que gira em torno da dicotomia esquerda/direita, para então, uma vez verificada a atual conjuntura política, analisar a proposta da Terceira Via.

LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

O liberalismo, na sua formulação mais corrente, é a doutrina do “Estado mínimo”. Ao contrário dos anarquistas, para quem o Estado é um mal absoluto e deve ser eliminado, para o liberal o Estado é sempre um

mal, mas é necessário, devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis. Funda-se nas idéias de defesa das liberdades individuais em detrimento da intervenção estatal na economia.

Segundo Bobbio, embora sejam numerosos os aspectos sob os quais se apresenta a doutrina liberal, os fundamentais sempre vão dizer respeito ao econômico e ao político e por essa razão devem sempre estar presentes, tanto que para o autor, o liberalismo é,

como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do estado mínimo (isto é, reduzido ao mínimo necessário). As relações entre as duas teorias são evidentes. Certamente um dos modos de reduzir o estado aos mínimos termos é o de subtrair-lhe o domínio da esfera em que se desenrolam as relações econômicas, ou seja, fazer da intervenção do poder político nos negócios econômicos não a regra mas a exceção. (1986, p. 114)

Com ênfase às liberdades negativas, mediante a regulação restritiva da atividade estatal e a divisão de poderes, que passam a ser o pano de fundo para a garantia dos direitos individuais, o Estado Liberal concentra-se na lei, e, nesse sentido, Morais sustenta que:

a lei como instrumento da legalidade, caracteriza-se como uma ordem geral e abstrata, regulando a ação social através do não-impedimento de seu livre desenvolvimento; seu instrumento básico é a coerção através da sanção das condutas contraditórias. O ator característico é o indivíduo. (1996, p. 79)

A democracia surge vinculada ao ideário da soberania da nação produzido pela Revolução Francesa, implicando a aceitação da origem consensual do Estado, o que aponta para a idéia de representação, posteriormente matizada por mecanismos de democracia semidireta – *referendum* e plebiscito, entre outros – bem como, para a imposição de um controle hierár-

quico da produção legislativa através do controle de constitucionalidade. “O Estado tem um papel reduzido, apresentando-se como Estado Mínimo, assegurando, assim, a liberdade de atuação dos indivíduos” (1996, p. 70-71).

Bobbio sustenta que entender o liberalismo como fenômeno histórico oferece algumas dificuldades específicas e que o dissenso a respeito do tema, seja entre os historiadores, seja entre os estudiosos da política, é resultante de uma tríplice ordem de motivos,

em primeiro lugar, a história do Liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia; é, pois, difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias liberais (...). Em segundo lugar, o Liberalismo se manifesta nos diferentes países em tempos históricos bastante diversos, conforme seu grau de desenvolvimento; daí ser difícil individuar, no plano sincrônico, o momento liberal capaz de unificar histórias diferentes (...). Em terceiro lugar, nem é possível falar numa “história-difusão” do Liberalismo, embora o modelo da evolução política inglesa tenha exercida pelas Constituições francesas da época revolucionária. (1992, p. 686-687)

Seja como for, a instituição do neoliberalismo, como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado, tem suas origens marcadas logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde reinava o capitalismo. O neoliberalismo constituiu-se em uma reação teórica e política contra o Estado do *Welfare State*, tendo como marco histórico a obra *O caminho da Servidão* de Friedrich Hayek, escrita em 1944.

Trata-se, na verdade, de um contraponto a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, tidos como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas, também, política. Por isso é pertinente que se diga que o neoliberalismo se opõe a todos os tipos de

sociedades modernas em que esteja presente algum tipo de intervenção do Estado. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (apud Giddens, 1997, p. 9).

Embora não haja um “corpo teórico específico capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político” (Giddens, 1997, p. 89), o neoliberalismo vai constituir a denominada nova direita. Essa nova postura política,

de cunho reacionário, (...), surgiu, como reação individual, no decorrer da segunda década do presente século, tornou-se popular com a crise fiscal do Estado, nos anos 70, chegou ao poder, com Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na virada da década dos 70 para a década do 80 e se transformou em um modelo para o mundo, no início dos anos 90, sendo consolidada como prática de governo nos anos seguintes. (Giddens, 1997, p. 111)

Essa prática de governo resultou em elevados cortes nos gastos sociais, em amplos programas de privatizações, na diminuição do tamanho do Estado, no aumento da concentração de renda e, em consequência, no aumento das desigualdades econômicas e sociais, com um crescente aumento nos índices de miserabilidade. Paralelamente, pode-se falar em outra tendência filosófico-política que tenta resgatar o Estado de bem-estar social, como veremos a seguir.

SOCIALISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA

O socialismo tem suas origens ligadas ao desenvolvimento da sociedade industrial, em algum ponto entre meados e fim do século XVIII. O socialismo começou como um corpo de pensamento que se opunha ao individualismo; sua preocupação em desenvolver uma crítica ao capitalismo veio mais tarde.

Em geral, segundo Bobbio, o socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se formaram durante a Revolução Industrial. Afirma que:

a base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos. (1992, p. 196-197)

Foi Marx quem forneceu ao socialismo uma teoria econômica elaborada que visava a enfrentar as limitações do capitalismo para humanizá-lo ou derrubá-lo por completo. A teoria econômica do socialismo apoia-se na idéia de que, deixado por sua própria conta, o capitalismo é economicamente ineficiente, socialmente divisório e incapaz de se auto-reproduzir a longo prazo. Essa teoria, no entanto, subestimou a capacidade do capitalismo de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente (apud, Giddens, 1999, p. 13).

O socialismo, segundo Giddens, foi também incapaz de compreender o significado dos mercados como fontes de informação, que fornecem dados essenciais a compradores e vendedores. Essas inadequações só se revelaram plenamente com a intensificação dos processos de globalização e de mudança tecnológica a partir do início da década de 70, passando a ser constantemente desafiada por filosofias de livre mercado do neoliberalismo. A partir da década de 80, em resposta à ascensão do neoliberalismo e aos problemas do socialismo, os social-democratas começaram a romper com a teoria econômica do socialismo anteriormente preconizada.

Já por social-democracia há que se entender todo o espectro que abrange partidos políticos e outros grupos da esquerda reformista, na tentativa de defender o *welfare state*, sempre com vistas à prevalência do social, pois

o welfare é o ponto alto de um prolongado processo de evolução dos direitos de cidadania. Como muitos outros no início do pós-guerra, Marshall previa que sistemas de welfare iriam se expandir progressivamente, combinando o desenvolvimento econômico com a implementação cada vez mais plena dos direitos sociais. (Giddens, 1999, p. 20)

Nesse sentido, convém analisarmos como surge a social-democracia ou a nova esquerda, como sugerem alguns autores. O “*Manifesto Comunista* de 1948, obra de Karl Marx e Friedrich Engels, foi o marco da esquerda, consagrando a sua mais importante teoria da esquerda, aquela que busca a superação do capitalismo pelo socialismo para se chegar a uma sociedade sem classes, sem exploração, sem Estado: a sociedade comunista” (Capella, 1998, p. 178-180). A partir da proliferação desses sentimentos anticapitalistas, vários países, concordantes com essa posição, idealizaram a construção da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, também conhecida como Primeira Internacional, que postulava a organização internacional dos trabalhadores.

Os trabalhadores tomam o poder em Paris e, o novo governo denominado *Comuna de Paris*, substituiu o exército por milícias populares, extinguiu a burocracia como corpo permanente, determinando que os deputados eleitos tivessem seus mandatos ameaçados de revogação se não fossem cumpridas as promessas de campanha. Foi o primeiro modelo de governo de esquerda da história do capitalismo. O Partido Social-Democrata da Alemanha, representante dos trabalhadores, começou a participar do Parlamento, passando da vida de insurreição para o institucional.

O problema era: quando no governo, o que faria a esquerda? Reforma ou revolução? Os alemães optaram por transformações graduais e institucionais. Com a primeira Guerra Mundial, houve uma separação entre duas correntes esquerdistas: a *Internacional Socialista*, dividiu-se entre os sociais-democratas (institucionais) – que existem até hoje como partidos socialistas, e os comunistas.

Nasce, assim, a social-democracia que, segundo Giddens, “via o capitalismo de livre mercado como o gerador de muitos dos efeitos problemáticos que Marx diagnosticara, mas acreditava que era possível emudecê-los ou superá-los pela intervenção do Estado no mercado” (1999, p. 18). Prossegue o autor dizendo que

o Estado tem a obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não podem suprir, ou só o podem fazer de maneira fragmentada. Uma forte presença do governo na economia, e também em outros setores da sociedade, é normal e desejável, uma vez que, numa sociedade democrática, o poder público representa a vontade coletiva. A tomada de decisão coletiva, envolvendo governo, empresariado e sindicatos, substitui em parte os mecanismos de mercado. (1999, p. 19)

Convém trazer à baila o lembrete de Bobbio quando conceitua social-democracia, dizendo que:

é um termo que, após as polêmicas políticas dos últimos 50 anos, adquiriu, na linguagem corrente, um significado profundamente anômalo do ponto de vista teórico e histórico, ainda que paradoxalmente corrente no que respeita ao étimo. Na prática, usa-se para designar os movimentos socialistas que pretendem mover-se rigorosa e exclusivamente no âmbito das instituições liberal-democráticas, aceitando, dentro de certos limites, a função positiva do mercado e mesmo a propriedade privada. Renunciam assim a estabelecer, quando quer que seja, “um novo céu e uma nova terra”. (1992, p. 188)

Diante da análise dessas duas tendências filosófico-políticas (neoliberalismo e social-democracia), Giddens refere que a busca pela igualdade sempre foi uma preocupação dominante de todos os partidos social-democratas, e que o *welfare state* surge com dois objetivos bem delineados: o de criar uma sociedade mais igual, mas também de proteger os indivíduos ao longo do ciclo da vida.

Em contrapartida, o neoliberalismo, que demonstra forte hostilidade ao “governo grande”, prega que o Estado, quando excessivamente dilatado, torna-se inimigo da liberdade e da independência. Considera o *welfare state* como o causador de todos os males, por propiciar um sentimento destrutivo em seus beneficiários, afirmando que o crescimento econômico conduzido pelo mercado é que proveria o bem-estar social ao invés das políticas do *welfare* (1999, p. 20-24).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a social-democracia clássica e o neoliberalismo representam duas tendências absolutamente diferentes, e que ambas se encontram em uma profunda crise de legitimidade. A social-democracia porque, com o triunfo das idéias neoliberais em todo o mundo, encontra-se em “um turbilhão ideológico”, pois sua filosofia política não consegue se posicionar claramente diante das inúmeras mudanças havidas na sociedade moderna.

É em termos destas mudanças que deveríamos procurar explicar porque o socialismo está enfermo. Na forma do comunismo soviético (no Leste) e do “compromisso de bem-estar social” (no Oeste), o socialismo funcionou toleravelmente quando o risco era principalmente externo (em vez de manufaturado) e onde o nível de globalização e reflexibilidade social era relativamente baixo. Quando estas circunstâncias não mais se aplicam, o socialismo entra em colapso ou passa para a defensiva – ele por certo deixa de estar na vanguarda da história. (Giddens, 1997, p. 42)

O neoliberalismo porque suas duas metades (o fundamentalismo de mercado e o conservadorismo) está em tensão – a devoção ao livre mercado por um lado, e à família de outro, é uma contradição, pois nada destrói mais a tradição do que a “revolução permanente” das forças de mercado.

o neoliberalismo, torna-se internamente contraditório e esta contradição é cada vez mais simples de ver. Por um lado, o neoliberalismo é hostil à tradição – e é na verdade uma das principais forças que varrem a tradição por toda a parte, como resultado da promoção de forças do mercado e de um individualismo agressivo. Por outro, ele depende da persistência da tradição para sua legitimidade e sua ligação ao conservadorismo – nos âmbitos da nação, religião, gênero e família. Não tendo fundamento teórico próprio, sua defesa da tradição nessas áreas assume normalmente a forma de fundamentalismo. (Giddens, 1997, p. 42)

É nesse contexto que analisaremos a seguir a dicotomia esquerda/direita, para verificarmos ao final se ainda há algum sentido se falar em esquerda e direita, em razão dessa nova conjuntura política e social.

DICOTOMIA ESQUERDA/DIREITA

Sader em sua obra *O Anjo Torto*, retornando à Queda da Bastilha, esclarece que os termos “direita” e “esquerda” deve-se ao fato de que, na época, aqueles que eram partidários do antigo regime, sentavam-se à direita, enquanto que os defensores da nova ordem ficavam à esquerda na mesa de discussões.

Para se fazer uma análise a respeito da dicotomia esquerda/direita, antes de mais nada se faz necessário que se delimite o que pode ser entendido como esquerda ou direita. Nesse sentido, Bobbio, na obra *Direita e*

Esquerda, procura definir os dois termos dizendo que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda mais igual, por uma maior justiça social; e, é de direita quem não tem este objetivo como prioridade, vendo a desigualdade como inevitável e sob muitos aspectos desejável, sentenciando que:

no nosso tempo, todos os que defendem os povos oprimidos, os movimentos de libertação, as populações esfomeadas do Terceiro Mundo são a esquerda. Aqueles que, falando do alto do seu interesse, dizem que não vêem por que discutir um dinheiro que suaram para ganhar são e serão a direita. Quem acredita que as desigualdades são um fatalismo, que é preciso aceitá-las, desde que o mundo sempre foi assim, não há nada a fazer – sempre esteve à direita. Assim como a esquerda nunca deixará de ser identificada nos que dizem que os homens são iguais, que é preciso levantar os que estão no chão, lá embaixo. (1995, p. 57)

Pereira, no entanto, ao distinguir esquerda e direita, tenta firmar um conceito a-histórico que parte de uma perspectiva lógico-dedutiva e que, segundo ele, valeria em qualquer momento, lugar e circunstância. Antes pondera que o liberalismo sempre esteve associado à prevalência do mercado no plano econômico e da liberdade no plano político, enquanto o intervencionismo atribui um papel maior para o Estado na coordenação da economia; “a esquerda sempre foi uma posição política que privilegia a justiça social e a igualdade, enquanto a direita sempre prioriza a ordem ... nos séculos XVIII e boa parte do século XIX, o liberalismo era revolucionário e estava associado às idéias de esquerda; neste século identificou-se com a direita, enquanto a esquerda, capturada pela burocracia, se tornava intervencionista e, no limite, estatista” (1997, p. 53).

É, portanto, nesse sentido que Pereira vai distinguir esquerda e direita, dizendo que:

é de esquerda quem está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça. É de direita quem prioriza a ordem em relação à justiça social. Além da liberdade, que não se divide a esquerda da direita, há dois outros valores absolutamente fundamentais para as sociedades contemporâneas. Um é a ordem o outro é a justiça. Todos desejam a ordem, a segurança, a estabilidade, e todos também querem a justiça, a equidade, senão a igualdade pelo menos a igualdade de oportunidade. Mas quando a ordem é tão importante para alguém a ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita. Quando, porém, estiver disposta a arriscar (e a democracia no limite já é um risco à ordem) em nome da justiça, então será de esquerda. Falo em arriscar, não acabar com a ordem. (1997, p. 44)

Segundo Giddens é relevante, antes de se fazer a distinção entre esquerda e direita, distinguir entre conservadorismo e direita, afirmando que,

o que veio a ser considerado “a Direita” hoje é o neoliberalismo, cujos vínculos com o conservadorismo são, no mínimo, tênues. Pois se conservadorismo significa algo, é o desejo de conservar – e especificamente ele significa a conservação da tradição, como a “sabedoria herdada do passado”. O neoliberalismo não é conservador neste sentido (um tanto elementar). Pelo contrário, ele põe em jogo processos radicais de mudança, estimulados pela extensão incessante de mercados. Paradoxalmente, a Direita que tornou-se radical, enquanto a Esquerda procura principalmente conservar – tentando proteger, por exemplo, o que resta do welfare state. (1999, p. 43)

Diante das considerações até aqui abordadas, torna-se evidente que esquerda e direita mudaram seus significados ao longo do tempo e, ao observarmos o desenvolvimento do pensamento político, resta demonstrado que as mesmas idéias que foram vistas, em determinados períodos e contextos, como esquerdistas, em outros momentos foram vistas como direitistas. Em outra obra, Giddens complementa essa idéia de inversão ao dizer que:

o conservadorismo tornado radical enfrenta o socialismo que se tornou conservador. Com a queda da União Soviética, muitos socialistas passaram a concentrar suas energias na proteção do welfare state diante das pressões que este passou a sofrer. É verdade que alguns socialistas continuam a dizer que o socialismo autêntico nunca foi tentado, argumentando que o desaparecimento do comunismo é um presente inesperado e não um desastre. O comunismo, nessa perspectiva, foi uma forma de dogmatismo autoritário, que derivou de uma revolução traída, enquanto o socialismo reformista do tipo encontrado na Europa ocidental foi arrasado na tentativa de amoldar-se ao capitalismo, em vez de superá-lo. No entanto, essa tese já está bastante gasta, e os socialistas na maior parte das vezes foram colocados na defensiva, com sua posição na “vanguarda da história” reduzida à tarefa mais modesta de proteger as instituições previdenciais. (1996, p. 10)

Percebe-se que na atual conjuntura, em que o neoliberalismo tornou-se a perspectiva de muitos partidos conservadores pelo mundo inteiro e, em que a social-democracia ainda representa partidos e outros grupos significativos da esquerda reformista, resta a indagação: ainda há algum sentido nessa dicotomia?

Giddens afirma que “a globalização, juntamente com a desintegração do comunismo, alterou os perfis de esquerda e direita. Nos países industrializados, não há uma extrema esquerda de que se possa falar. Mas há uma extrema direita, que se define cada vez mais em resposta à globalização” (1999, p. 52). Embora alguns autores sugiram que não há mais qualquer razão de ser entre a dicotomia esquerda/direita, Giddens citando Bobbio lembra que o autor busca defender a permanente relevância da distinção sustentando, resumidamente, as seguintes razões:

- 1. a política envolve necessariamente oposição, sua essência é a luta de idéias;*
- 2. quando um lado prepondera sobre o outro, o mais fraco geralmente tenta se apossar de algumas das idéias de seus opositores e propagá-las como suas próprias opiniões;*

3. a questão da igualdade também é tratada distintamente. A esquerda defende maior igualdade, ao passo que a direita vê a sociedade como inevitavelmente hierárquica. (1999, p. 53)

Outra questão interessante que pode contribuir com a distinção entre esquerda e direita diz respeito à defesa dos direitos sociais e dos direitos individuais. A social-democracia e a esquerda estão baseadas na afirmação dos direitos sociais (definidos no século XIX e implantados nas constituições no século XX), enquanto que os liberais – não necessariamente identificados com a direita – estão ligados à afirmação dos direitos civis e individuais (definidos no século XVIII e implantados no século XIX).

Embora, naquela época, a “esquerda” era formada pelos liberais, lutando contra a direita tradicional – pois os intervencionistas ou socialistas estavam então apenas surgindo, o que sugere a inversão de idéias sustentadas por uma ou por outra facção -, há que se atentar para o fato de que, embora representem duas tendências filosófico-políticas distintas, a essência do embate permanece, pois esquerda e direita, de um modo geral, possuem objetivos e finalidades distintas.

No entanto, é apostando nessa tênue distinção entre esquerda e direita que emerge a proposta da Terceira Via, como sendo uma alternativa hegemônica no sentido de buscar a conciliação entre igualdade, bem-estar social, liberdade e as filosofias de livre mercado. É nesse sentido que passamos a analisar Terceira Via, mais especificamente sua origem e suas propostas. É com base na atual conjuntura social e política que vai se fundamentar toda a teoria ou proposta da Terceira Via, como veremos a seguir.

A PROPOSTA HEGEMÔNICA DA TERCEIRA VIA

O mundo em que vivemos hoje não está mais sujeito ao rígido controle do ser humano e seu conhecimento – essência das ambições da esquerda e o pesadelo da direita – pois é um mundo de perturbações, in-

certezas e imprevisibilidades. É, efetivamente, uma realidade sentida e presenciada em todos os Estados-Nações. Essa realidade deve-se aos mais diversos fatores, entre eles a crise de legitimidade do neoliberalismo e da social-democracia, a discussão da dicotomia esquerda/direita, o fenômeno da globalização e da transnacionalização do capital, o individualismo, a ação política e os problemas ecológicos.

Diante dos limites de um trabalho como este, tratar-se-á especificamente dos aspectos até aqui abordados, quais sejam as tendências filosófico-políticas (neoliberalismo e social-democracia) e a discussão da dicotomia esquerda/direita, embora seja digno de registro que todos os aspectos anteriormente mencionados estão, necessariamente, interligados e destinados a construir esta nova realidade.

Como se viu, neoliberalismo e social-democracia constituem ou representam duas facções com traços que lhes são característicos, e que representam, em maior ou menor proporção, o que se pode denominar de esquerda e direita. O relato histórico abordado de forma peculiar demonstra que, embora as mesmas idéias defendidas por uma facção possam ser identificadas como sendo de outra, dependendo do momento histórico a que se referem, há, inegavelmente, uma proximidade entre esquerda e direita.

Essa proximidade deixa transparecer uma linha muito tênue na distinção entre Esquerda e Direita, o que faz com que alguns autores preconizem a incoerência de se sustentar essa dicotomia. Não obstante essa discussão, há que se atentar para o fato de que social-democracia e neoliberalismo (ou esquerda e direita) guardam na sua essência distinções consideráveis que não podem ser menosprezadas, pois é exatamente a diferença que mantém acesa a esperança num porvir em que reine a solidariedade humana.

Giddens neste mesmo horizonte de diagnosticar a realidade sustenta que:

se o socialismo e o conservadorismo se desintegraram e o neoliberalismo é paradoxal, é possível então voltar-se ao “liberalismo” per se (capitalismo mais democracia liberal, mas tosquiado dos fundamentalismos da Nova Direita) (...)? Um capitalismo em expansão contínua vai não apenas contra os limites ambientais em termos dos recursos planetários, mas também contra os limites da modernidade na forma de incerteza manufaturada; a democracia liberal, baseada no sistema de partidos eleitorais, operando no nível da Nação-Estado, não está bem equipada para ir ao encontro das demandas de uma cidadania reflexiva em um mundo em globalização; e a combinação de capitalismo e democracia liberal proporciona apenas meios limitados de gerar solidariedade social. (1999, p. 44)

Obviamente que muitos são os inconvenientes e difícil é a tarefa que desponta nesse sentido, podendo-se citar, a título de exemplo, a questão da crise ecológica,

Essa crise, e os diversos movimentos e filosofias que surgiram em relação a ela são expressões de uma modernidade que, à medida que se torna globalizada e “voltada em direção a si própria”, avança contra seus próprios limites. As considerações éticas e práticas assim reveladas não são, em sua maioria, novas, embora estratégias e propostas inusitadas sejam inegavelmente necessárias para esclarecê-las. Elas expressam dilemas morais e existenciais que as instituições modernas, com seu expansionismo arrojado e seu ímpeto de controle, reprimiram ou “seqüestraram” de maneira eficaz. (1996, p.19)

É nesse contexto que “em fevereiro de 1998, em seguida a um seminário sobre política com líderes americanos em Washington, Tony Blair falou de sua ambição de criar um consenso internacional de centro-esquerda para o século XXI. A nova abordagem iria desenvolver uma estru-

tura política para reagir à mudança na ordem global” (1999, p. 11). Assim, em sua entrevista à *Guardian*, Tony Blair, em 7 de Fevereiro de 1998, prega que, “a velha esquerda resistiu a essa mudança. A nova direita não a quis administrar. Temos que administrar essa mudança para produzir solidariedade e prosperidade sociais”.

Diante dessas considerações preliminares, evidencia-se que há uma profunda crise de legitimidade do neoliberalismo – que se tornou paradoxal –, cujas filosofias de livre mercado já não se sustentam sem a anuência da sociedade, principalmente por não apresentarem limites previamente definidos ao desenvolvimento econômico. Dito de outra forma, a sociedade de um modo geral já não está mais tão propensa a correr o risco (por exemplo, ambiental) em nome do desenvolvimento e do progresso econômico de uma minoria.

Por outro lado, a social-democracia não conseguiu superar o capitalismo, mas seus ideais permanecem fortemente difundidas pelo mundo todo – embora Giddens diga o contrário –, mantendo a sua imagem de partido portador da esperança na revolução. Talvez aí é que se concentre a mais séria ameaça ao neoliberalismo, somada aos demais aspectos que compõem a nossa realidade, não obstante Bobbio afirmar que “o sistema, enfim, não precisa temer ataques diretos por parte da social-democracia: ‘a Social-democracia é um partido revolucionário e não um partido que faz revoluções’” (1992, p. 189).

É nesse impasse que surge a proposta da Terceira Via como uma filosofia política hegemônica que visa a conciliar as políticas tidas como de esquerda ou de direita, com a transnacionalização do capital provocado pela globalização, o que, obviamente, é agravado pelo risco ecológico, pelo individualismo, pela dicotomia esquerda/direita e pela ausência de uma ação política clara capaz de enfrentar essa nova realidade. Justamente nesse sentido, Giddens posiciona-se dizendo que:

a comparação de uma variedade mais ampla de sociedades mostra que os padrões de atratividade e apoio alteraram-se de forma generalizada. Em praticamente todos os países ocidentais, a votação não mais se encaixa em linhas de classe e passou de uma polarização esquerda/direita para um quadro mais complexo. O eixo econômico que costumava separar eleitores em posições “socialistas” e “capitalistas” tem muito menor relevo, ao passo que o contraste entre libertário e autoritário e “moderno” e “tradicionalista” cresceu. Outras influências, mais contingentes – como o estilo de liderança –, tornaram-se mais importantes do que costumavam ser. (1996, p. 33)

A proposta da Terceira Via funda-se no fato de que a social-democracia não tem mais um “bloco de classes” previamente definido no qual possa confiar – razão pela qual urge uma perspectiva política nova e integrada –, e no paradoxo existencial do neoliberalismo.

Drasticamente resumida, pode-se dizer que a Terceira Via surge, enquanto proposta hegemônica, como sendo “uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (1996, p. 36).

Sem pôr em discussão a viabilidade prática e a sustentabilidade dessa proposta, nota-se que, de um modo geral, a sociedade (mais do que nunca) está imbuída em um profundo resgate da cidadania plena e da solidariedade como forma de amenizar os efeitos dessa complexa realidade.

É nesse sentido que a social-democracia ganha destaque pois privilegia o valor igualdade como condutor mestre de sua filosofia política. Nesse mundo de incertezas, cada sociedade busca definir e defender com mais vigor o seu Estado-nação (que também está em crise diante da transnacionalização do capital provocado pela globalização) através da promoção da solidariedade e da concretização da cidadania plena, enquanto valor supremo de plenitude de vida.

Nesse aspecto, ao se falar em cidadania plena adota-se a posição de Corrêa, que entende cidadania como sendo um fim a ser alcançado pelo Estado e um valor que compõe o próprio conceito de Estado capaz de “explicar politicamente as contradições da sociedade capitalista e de propiciar as condições teóricas para uma estratégia de luta em prol da construção da cidadania” (1999, p. 221). Nestes termos há que se entender o conceito de cidadania como,

a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente. (Corrêa, 1999, p. 217)

É nessa perspectiva que deve se guiar a sociedade moderna, a fim de evitar a barbárie. O sentimento que move a generalidade das nações é a busca pela igualdade e construção de uma cidadania plena. Talvez por esse motivo o ideário social-democrata esteja tão próximo da sociedade, ao contrário do neoliberalismo. A proposta social-democrata é justamente no sentido de se recuperar a noção de espaço público mediante a valorização do político, para, então, reverter a cultura da descartabilidade do ser humano, através da promoção de condições materiais básicas para garantia da dignidade humana. Por certo que esses ideais se concretizarão à medida que a própria sociedade recuperar sua capacidade de se indignar, se organizar e se articular politicamente, que vise a promover a solidariedade enquanto noção ética, pois o bem-estar individual somente se efetiva com a construção do bem-estar comum.

CONCLUSÃO

Efetivamente o mundo em que vivemos se caracteriza por uma profunda crise política, econômica e social, gerando uma onda de incertezas e insegurança à sociedade como um todo. O que até então era tido como

certo e previamente definido, hoje não pode mais ser considerado em termos absolutos. Esse sentimento é gerado por uma sensível crise de legitimidade dos Estados-nações que, de um modo geral, não possuem uma ação política capaz de superar, principalmente, os severos efeitos da globalização e recuperar, eficazmente, o valor igualdade através da concretização da cidadania.

O trabalho realizado se preocupou em analisar somente um dos vários aspectos dessa realidade, concentrando-se no estudo das duas principais tendências filosófico-políticas que norteiam ideologicamente a ação do Estado – neoliberalismo e social-democracia. Constata-se que, igualmente, essas facções estão enfrentando sensíveis contradições (internas e externas) que as coloca num estágio de apatia diante dos problemas da sociedade moderna. O neoliberalismo se tornou paradoxal porque hostiliza a tradição mediante a promoção das forças de mercado e do individualismo, ao mesmo tempo em que depende da tradição para sustentar sua legitimidade. A social-democracia, que sempre defendeu ideologicamente a igualdade material e as políticas de *welfare state* (tão repudiadas pelo neoliberalismo) diante da complexa realidade, aparentemente, ainda não apresentou uma proposta ideológica e política capaz de enfrentar esta situação.

Sem uma proposta política clara de superação dessa crise – tanto por parte do neoliberalismo como da social-democracia – que se torna ainda mais complexa quando da análise da dicotomia esquerda/direita, é que se sustenta que não há mais sentido se falar em esquerda e direita, haja visto que seus ideais se fundem em determinados períodos históricos. Não obstante essa análise, o trabalho demonstrou que esquerda e direita embora, para alguns autores, possuam uma tênue distinção, o embate permanece, pois representam duas tendências filosófico-políticas que se distinguem na essência por sustentarem finalidades contraditórias.

É diante da atual conjuntura econômica, social e política que surge a proposta hegemônica da Terceira Via, como uma alternativa de superação dessa crise, essa proposta nada mais é do que a construção de uma filosofia política que visa à harmonização entre esquerda e direita. Porém, tal como preconizada na obra de Giddens, dificilmente se sustentará, pois busca, na verdade, adequar os ideais da social-democracia (esquerda) à ideologia do neoliberalismo (direita), sem que haja a competente reciprocidade.

Talvez seja uma alternativa viável, mas não nos termos esposados, haja visto tratar-se de uma tentativa ludibriosa no sentido de amenizar os efeitos e o poder exercido atualmente pela social-democracia. Embora se sustente que a social-democracia não possui uma proposta ideológica e política clara, as mudanças da sociedade moderna não condenaram os social-democratas a uma posição política marginal. Nos últimos anos, os partidos social-democratas, ou suas coalizões de centro-esquerda, se mantêm no poder em vários países da Europa e em alguns países escandinavos.

Se a proposta da Terceira Via é viável nestes termos, somente o tempo poderá responder, pois se nota que, de um modo geral, a sociedade (mais do que nunca) está imbuída de um profundo resgate da cidadania plena e da solidariedade como forma de amenizar os efeitos de uma realidade tão cruel, complexa e paradoxal.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Pierry. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BOBBIO Norberto *et al.* *Dicionário de política*. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOBBIO Norberto *et al.* *Direita e esquerda*. São Paulo: Unesp, 1995.

_____. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 5.ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAPELLA, Juan Ramón. *Os cidadãos servos*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania*. Reflexões histórico-políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBNAD, David (Org.). *Reinventando a esquerda*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: Editora da Universidade Federal Paulista, 1996.

MORAIS, José Luis Bolzan de. *Do direito social aos interesses transindividuais*. O Estado e o direito na origem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. In: Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo: Tec Art, n. 39, 1997.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.